

*Dossiê*

## As juventudes de direita redescobrem as ruas: oportunidades políticas e discursivas nos ciclos de protesto no Brasil contemporâneo

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2025.2.1>

 **Gustavo Paccelli**

Doutor e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor de Sociologia na educação básica. Pesquisador na área dos movimentos sociais e da ação coletiva com foco nas dinâmicas de contestação e nos ciclos de protesto.

E-mail: [gustavopaccelli@gmail.com](mailto:gustavopaccelli@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6458-869X>

 **Christiane Jalles de Paula**

Doutora e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO-UFJF).

E-mail: [christiane.jalles@ufff.br](mailto:christiane.jalles@ufff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8955-5576>

**RESUMO:** O presente trabalho analisa o papel das oportunidades políticas e discursivas nas mobilizações que marcaram os ciclos de protesto no Brasil contemporâneo. A partir da Teoria do Processo Político, investigamos os fatores que possibilitaram o reaparecimento e a consolidação de protestos alinhados a pautas das direitas nos ciclos de 1992, 2013 e 2015–2016. Argumentamos que a novidade não reside na emergência de um ativismo inédito, mas na reconfiguração da capacidade dessas juventudes de identificar, ocupar e explorar estruturas de oportunidade, articulando elementos organizativos, comunicacionais e simbólicos que lhes conferem maior visibilidade e condições de mobilização no período recente. Ao analisar os três ciclos, evidenciamos a transformação do papel público das juventudes de direita e sua inserção cada vez mais ativa na dinâmica política brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes; Ativismo de direita; Estruturas de oportunidades políticas; Estruturas de oportunidades discursivas.

Recebido em: 02/09/2025

Aprovado em: 20/01/2026



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## 1 Introdução

O presente artigo analisa o papel das juventudes na organização e liderança nos *ciclos de protestos* de 1992, 2013 e 2015-2016. Partimos da premissa de que em cada conjuntura as estruturas de oportunidades políticas e discursivas não apenas condicionaram a emergência da ação coletiva, mas também moldaram os sentidos públicos atribuídos a cada movimento. Sustentamos, primeiro, que o protagonismo das juventudes de direita em 2015-2016 resultou de um processo de média duração. Segundo, que a articulação coletiva das juventudes de direita em 2015-2016 foi uma consequência de afinidades eletivas oriunda de oportunidades políticas e discursivas aproveitadas por jovens de direita. O enquadramento teórico-metodológico é a Teoria do Processo Político<sup>1</sup> e o objetivo é compreender as diferenças e as semelhanças das estruturas de oportunidades políticas e discursivas na Campanha Pela Ética na Política (Fora Collor) em 1992, nas manifestações de 2013 e nas mobilizações de 2015-2016 contra o governo Dilma Rousseff (Fora Dilma). Concluímos argumentando que o papel de jovens de direita organizando/liderando as manifestações nas ruas brasileiras em 2015-2016 foi central no sentido de aproveitar as oportunidades políticas e discursivas surgidas naquela conjuntura, contribuindo para dar significado positivo aos valores de direita junto a parcelas da juventude e na sociedade, as quais orientaram novas formas de ativismo.

Diante disso, é fundamental explicitar o que entendemos por juventudes, termo que, conforme argumenta Spósito (1993), deve ser utilizado no plural para reconhecer a diversidade de trajetórias, sensibilidades e posições sociais que conformam as experiências juvenis. Neste sentido, a juventude não é apenas uma etapa cronológica, mas um espaço simbólico, cultural e político no qual se produzem sentidos compartilhados e estilos de participação (Reguillo, 2003; Dayrell, 2003; Schwertner; Fischer, 2012; Mesquita et al, 2016). Adotamos uma concepção na qual compreende a juventude enquanto pluralidade de práticas provenientes de sua condição social e estudantil em determinado momento histórico, junto às culturas juvenis marcada por repertórios culturais, formas de sociabilidade e valores que orientam práticas de ação coletiva. Esses agrupamentos se dispõem a tecer

18

---

<sup>1</sup> Embora a Teoria do Processo Político seja utilizada como eixo analítico, reconhecemos suas limitações quanto à tendência de desmaterializar conflitos estruturais e subestimar as dimensões econômicas do antagonismo político. A literatura que analisa as crises políticas brasileiras oferece interpretações que enfatizam a centralidade das relações de classe, da economia política e da atuação das frações burguesas na conformação dos ciclos de protesto e das conjunturas críticas. Para o ciclo que culminou no impeachment de Fernando Collor, destacam-se as análises de Alberto Tosi Rodrigues (2000; 2001) de Sallum Jr. (2015), e os estudos de Martuscelli (2010; 2015). No plano do neoliberalismo brasileiro, Martuscelli (2013) demonstra como a reestruturação econômica e as crises do capitalismo tardio condicionam a ação dos atores políticos. Para os ciclos mais recentes, as interpretações sobre as lutas anticorrupção (Martuscelli, 2016) e sobre a crise do lulismo (Singer, 2012; 2018) os autores analisam as tensões distributivas, os realinhamentos sociais e o desgaste do pacto sociopolítico que estruturou a relação de forças nos governos petistas. Sobre a crise do impeachment de Dilma Rousseff e podemos observar o papel das classes médias (Firmino, 2023), das frações burguesas (Queiroz, 2019) e os debates acerca da natureza institucional do processo (Martuscelli, 2020; Cremonese, 2021). Considerando esse conjunto de aportes, reconhecemos que tais dimensões estruturais operam em articulação com as dinâmicas simbólicas e institucionais analisadas neste artigo. A opção pelo enquadramento adotado é, portanto, consciente. Privilegiamos uma leitura relacional dos ciclos a partir das oportunidades políticas e discursivas, sem perder de vista que estas se inscrevem também dentro desses condicionantes econômicos e políticos.

redes de ação conjunta, entre eles e com outros atores, a partir de marcadores ideológicos (Araújo; Perez, 2023) e temas convergentes na esfera público-política (Sposito *et al*, 2020).

O campo ideológico da direita entre os jovens pode ser definido e diferenciado a partir de suas posições na escala política, dos seus marcadores sociais e dos valores que professam, particularmente no contexto do ensino médio e da cibercultura. A distinção entre os posicionamentos políticos de direita e extrema-direita baseia-se no seu grau de adesão a valores neoliberais, na aceitação ou rejeição das normas democráticas e, no contexto brasileiro, nas pautas morais e de direitos (Severo *et al*, 2020; Braga, 2023). Utilizamos a expressão jovens de direita para designar atores que se identificam com posições liberalizantes, discursos anticorrupção, críticas ao Estado e defesa de menor intervenção estatal na economia, bem como promovem agendas conservadoras que enfatizam normas tradicionais, moralidade religiosa, defesa da família e resistência a agendas progressistas de gênero, sexualidade e cultura. Esses jovens se articulam a partir do que Alonso (2017, 2023) denominou como campo de movimentos. Reconhecemos, ademais, a distinção entre direita tradicional, associada a partidos, elites econômicas e formas institucionais de atuação, e direita radical, articuladora de repertórios moralizantes e antipluralistas, cujo crescimento contemporâneo tem sido analisado em perspectiva transnacional (Mudde, 2022).

Compreender as mudanças que facilitaram o crescimento das mobilizações que contataram com a liderança de juventudes de direita, com foco nestes *ciclos de protestos* é a principal tarefa desse artigo, que está estruturado da seguinte forma: na primeira seção abordamos a “novidade” do (re)surgimento da direita - seja no plano concreto, seja como conceitual - e o enquadramento com que tratamos juventude. Nas três seções a seguir, apresentamos conceitualmente as oportunidades políticas, discursivas e analisamos os ciclos de protesto de 1992, 2013 e 2015-2016 à luz da Teoria do Processo Político.

Assim, ao observarmos esses ciclos de protestos, identificamos não apenas continuidades no papel dos jovens, mas também transformações profundas em seus repertórios, arenas de sociabilidade e orientações ideológicas. A ascensão pública de juventudes de direita no ciclo de 2015–2016 não pode ser compreendida como ruptura súbita ou “emergência espontânea”, mas como resultado de um processo cumulativo de aprendizado, reorganização de redes, disputa discursiva e incorporação de oportunidades políticas e comunicacionais que se intensificou ao longo das últimas décadas. É essa trajetória, marcada por convergências e inflexões, que buscamos reconstruir e interpretar ao longo do artigo.

## 2 Direitas e juventude

É fato que, nas últimas décadas do século XX e o início do XXI, personagens e partidos de direita ascenderam ao poder em diversos países. Caso emblemático das eleições de Donald Trump nos EUA (2016 e 2024) e de Jair Bolsonaro no Brasil (2018), entre outros. Diferentes e, ao mesmo tempo, parecidos ao serem normalizados pelos sistemas políticos: disputando e ganhando eleições, integrando

coalizões com partidos da direita tradicional e, até, com partidos de esquerda. Suas ideias e valores de direita têm sido compartilhados e debatidos nas mídias tanto tradicional como nas redes sociais e têm formado opinião pública (Mudde, 2022). No Brasil, a atuação da direita também não é novidade. Das manifestações integralistas nos anos de 1930, passando pelas Marchas da Família, com Deus pela Propriedade em 1964 às manifestações de 2015-2016, há longa tradição na esfera política e social da direita no Brasil (Gonçalves e Caldeira Neto, 2020; Paula, 2015). Vitoriosa no Regime Militar (1964-1985), na redemocratização a atuação da direita adaptou-se aos tempos democráticos. As vitórias eleitorais de personagens que haviam se construído em oposição ao Regime Militar, e, às vezes, identificados com as esquerdas, produziram um rearranjo dos espaços políticos e de poder e uma nova gramática da política no Brasil e levaram a direita brasileira, entre as décadas de 1980 e os anos 2000, à defensiva, experimentando ora a invisibilidade, ora a desqualificação dos seus argumentos. Isso não significa dizer que a direita tenha ficado em silêncio. Ao contrário, as suas velhas e novas personagens consolidaram presença seja em veículos da grande mídia (programas de TVs e de rádio e assinando colunas em jornais de grande circulação), seja nas redes sociais (Youtube, Twitter, entre outras), tendo obtido sucesso nas suas estratégias de ocupação dos espaços na esfera pública e na “difusão, no plano cultural, das suas ideias conservadoras” (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 9). A partir dos eventos de 2013-2015, a direita, especialmente a mais extremada, partiu para a ofensiva. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, normalizou a presença da direita mais extremada na cena política e pública brasileira, firmando-a inclusive no cenário nacional e internacional.

20

Como visto, esse (re) surgimento das direitas no plano societal e político é fenômeno internacional e multifacetado, desafiando conceitualmente a literatura das Ciências Sociais que tem lhe dado diversas denominações: nova direita; direita radical, extrema-direita (Direita, volver!: 2015; Chaloub, Perlatto, 2018), fascismo (Stanley, 2020), e pós-fascismo (Traverso, 2019). Essa multiplicidade indica como é problemático definir o fenômeno que surgiu na década de 1970. Apesar disso, assumimos a distinção entre direita-esquerda a partir do sentido e dos limites da noção de igualdade (Bobbio, 1995) e o avanço da direita, especialmente da “extrema” direita ou direita “radical” ou “ultradireita”, como referido ao combate às ideias e políticas que promovem a igualdade, tais como as pautas da defesa da família tradicional, do combate à “ideologia” de gênero, do combate às identidades e movimentos LGTQIA+ e, evidentemente, de “polarização” com partidos e com movimentos políticos à esquerda e progressista (Mudde, 2022).

Klandermans e Mayer (2005) nos advertem, contudo, que o ativismo de direita não pode ser explicado por fatores essencialistas, mas pela interação entre continuidades históricas e aberturas contextuais que tornam o ambiente permeável à ação coletiva. É justamente nesse ponto que se insere nosso argumento: os ciclos de protesto de 1992, 2013 e 2015–2016 revelam uma continuidade com mudança, na qual as juventudes mantêm seu papel como organizadoras e lideranças, mas reconfiguram seus repertórios e sensibilidades. Nesse sentido, utilizamos a expressão juventudes de direita para designar atores juvenis que se identificam com valores liberalizantes e conservadores, articulando discursos anticorrupção, defesa da ordem institucional, moralidade religiosa e resistência a pautas

progressistas de gênero, sexualidade e diversidade. As juventudes de direita constituem um campo específico de mobilização que, embora conectado a essas tradições, se distingue pela apropriação de repertórios comunicacionais digitais, pela organização em redes horizontais e pela capacidade de transformar sensibilidades compartilhadas em ação coletiva visível. Essa definição é central para o presente estudo ao compreender como tais juventudes, ao longo dos ciclos de protesto de 1992, 2013 e 2015–2016, exploraram estruturas de oportunidade política e discursiva que lhes permitiram passar de participantes residuais (1992) a protagonistas na cena pública brasileira (2015-2016).

### 3 Oportunidades políticas e discursivas

Ao longo dos anos o conceito de *estrutura de oportunidades políticas* se tornou central para as interpretações da interação entre atores institucionais e não institucionais. Isso levando em consideração o decorrer de determinado período histórico, assim como o surgimento de ciclos de protestos e mobilizações. Com o passar do tempo, os pesquisadores focaram seus estudos nos aspectos mais voláteis das oportunidades políticas, os quais geram certas janelas de oportunidades que encorajam os atores coletivos a engajarem em torno de um movimento de protesto que está para além de um ambiente institucional aberto ou fechado, mas que também olhe para como suas reivindicações e identidades se relacionam com os discursos predominantes no domínio público (Giugni, 2011, p. 275).

21

Isso fez com que o olhar sobre as oportunidades políticas passasse a dar atenção às dinâmicas de vários atores dentro de processos simbólicos duradouros, atuando a partir de campos de ação complexos (Alonso, 2023). A abordagem do processo político acabou sendo muito criticada por focar demais na estrutura e não identificar os mecanismos intermediários entre estruturas amplas e ação. Uma dessas críticas se dirige ao fato de que esse tipo de abordagem não dá importância à dimensão cultural, ignorando a capacidade dos temas dos movimentos ressoar com valores culturais (Goodwin e Jasper, 2004; Polletta, 2004). Koopmans e Stathan (1999, p. 228) introduziram o conceito de estrutura de oportunidade discursiva (*Discursive Opportunity Structure - DOS*) com o propósito de identificar ideias na cultura política mais ampla percebidas como "sensatas", "realistas" e "legítimas". A presença dessas ideias facilitaria a aceitação de formas específicas de construção de narrativas para a ação coletiva, as quais estariam alinhadas com os elementos ideacionais já existentes.

A noção de estrutura de oportunidade discursiva proporcionou aos estudos dos movimentos sociais uma ferramenta conceitual para compreender quais molduras (*frames*) de movimento social têm certa capacidade de mobilizar, tanto pessoas já engajadas, quanto novos adeptos, e persuadir o público acerca das demandas do movimento influenciando as autoridades a ajustarem políticas e práticas conforme a agenda do movimento. Isto é, como a centralidade dos valores ou crenças de determinado enquadramento no decorrer da dinâmica de algum movimento social adequa-se a um quadro referente às experiências do mundo real do público. Da mesma forma, foram encontradas situações nas quais existiam "oportunidades culturais em expansão" que poderiam suscitar tipos

específicos de esforços de enquadramento entre os ativistas (McAdam, 1994), assim como o reconhecimento do lado cultural de estruturas de oportunidade (Gamson e Meyer, 1996) em diálogo com o conceito de "campos discursivos" enquanto um papel privilegiado de crenças e valores hegemônicos no contexto mais amplo (Snow, 2013; Steinberg, 1999).

Em estudos recentes podemos observar, por exemplo, uma relação de complementaridade entre a estrutura de oportunidade política e a estrutura de oportunidade discursiva, averiguando quais fatores político-culturais ou simbólicos determinam as ideias e articulações a respeito das formas como a visão da política climática e energética finlandesa de base tecnológica foi construída, especificada e contestada no debate nacional sobre política energética (Teräväinen, 2010). Por sua vez, Wahlström e Törnberg (2019) analisaram o papel do discurso público em relação à violência radical de direita e utilizaram a noção de oportunidades discursivas no intuito de mapear os mecanismos pelos quais as atividades online nas redes sociais podem contribuir para a violência política de direita. Os autores elaboraram três mecanismos através dos quais as atividades nas redes sociais podem afetar a incidência da violência: a) ter uma estrutura de oportunidade discursiva cada vez mais coproduzida, b) a ocorrência de uma dinâmica intergrupala em grupos de movimento e redes translocais, e) compartilhamento de informações práticas e atividades de coordenação.

Neste sentido, para fins do presente artigo os conceitos de estrutura de oportunidade política e de estrutura de oportunidade discursiva, embora distintos, devem ser compreendidos em sua complementaridade. Enquanto a primeira remete às condições institucionais e conjunturais que abrem ou restringem a ação coletiva, a segunda enfatiza os valores, crenças e narrativas que circulam no espaço público e que conferem legitimidade às mobilizações. No caso brasileiro, defendemos que é precisamente a articulação entre essas duas dimensões que nos permite compreender a continuidade com mudança no papel das juventudes de direita: de atores residuais nos ciclos de protesto a centrais em uma agenda de direita. As oportunidades políticas criadas por crises institucionais e disputas de poder, somadas às oportunidades discursivas que legitimaram valores como anticorrupção, moralidade e ordem, tornaram permeável a (re) inserção de jovens de direita nas ruas. Assim, mais do que categorias analíticas abstratas, as estruturas de oportunidade política e discursiva constituem o terreno sobre o qual se consolidou o protagonismo juvenil de direita, especialmente nas mobilizações de 2015–2016, que transformaram sensibilidades e crenças em ação coletiva visível e organizada.

### 3.1 Oportunidades políticas e discursivas no Ciclo de 1992 e o Fora Collor

A mobilização em manifestações de massa leva em consideração a ampliação dos espaços de disputa proveniente, também, de processos de desenvolvimento social que são anteriores, mas que abrem o campo de ações em momentos conjunturais fluidos. No processo político do Fora Collor podemos observar oportunidades políticas que vinham de momentos anteriores ao processo de mobilização pelo impeachment, as quais abriram o flanco para o desenvolvimento de uma agenda conservadora, mas que não foi capaz de ocasionar um direcionamento das mobilizações para o campo

da direita. Ainda que o Presidente Fernando Collor fosse um representante da modernização conservadora, comprometido com a chamada eficiência do mercado e o combate à desigualdade (Pereira, 1991) o sucesso eleitoral da direita parecia estar associado à sua capacidade e capilaridade que, naquele momento, se renovaria e apresentaria, em uma geografia do conservadorismo (Pierucci; Lima, 1991), seus interesses particulares como se fossem demandas sociais (Alves, 2000).

Collor assumiu um país endividado, enfrentando instabilidade política condicionada por uma situação econômica restritiva – com média de crescimento inferior ao da década anterior, estagnação da renda *per capita*, descontrole monetário crescente e aumento acentuado na desigualdade de renda – que contribuiria para frustrar as várias iniciativas transformadoras do movimento pela redemocratização que foram encarnadas na Constituição de 1988. Podemos dizer que o processo constituinte representou um campo de disputa com polarizações ideológicas que fixaram o mapa dos dilemas políticos que as forças sociais e partidárias enfrentaram no fim dos anos 1980 (Sallum Jr., 2015, p. 62). De um lado, as elites empresariais sintonizadas às tendências liberais dominantes, juntamente com a imprensa, o centrão e os liberal-conservadores, organizavam-se em torno de vertentes de inflexão neoliberal. Eram favoráveis a uma democracia representativa controlada que desse mais peso ao Poder Executivo dentro do Estado, que este tivesse maior capacidade de controlar certos “desvios” surgidos na sociedade e no qual a participação popular fosse restrita fora dos períodos eleitorais.

É nesse contexto que observamos o ressurgimento de uma direita que traduziu a tendência neo-liberalizante internacional de acordo com seus interesses, advogando a manutenção do Estado garantidor da atividade econômica privada pela doação de capital social controlado pelo Estado ao capital privado, preservando o acesso a crédito e subsídios estatais que se manifestou claramente quanto à reforma agrária, reforma urbana, estabilidade dos trabalhadores, direito das mulheres, etc. (Fernandes *et al*, 1990, p. 9-10). No polo oposto, os partidos de esquerda buscavam no plano socioeconômico exacerbar o estatal e o nacional do antigo desenvolvimentismo e ter como objetivo o crescimento econômico associado à distribuição de renda. No plano político, orientavam-se por uma democracia representativa, com componentes significativos de participação popular, e para a igualdade substantiva. Essas polarizações seriam o terreno em que as forças sociais e partidárias se enfrentariam no processo eleitoral que elegeu, em 1989, Fernando Collor de Mello, e depois no ciclo de protestos do Fora Collor.

O ativismo de direita no Fora Collor foi um tanto quanto controversa. O que se observou foi que a atmosfera de desmoralização pública era o caráter de uma crise de governabilidade que, do ponto de vista dos atores, apresentavam-se atitudes distintas de frente ao governo. Por parte das forças que se declararam na oposição (PT e CUT), elas se resumiam numa mobilização social contra o governo Collor que se esbarrava nas greves e nas formas de pressão frente ao quadro econômico recessivo. Por outro lado, para partidos como o PSDB e PDT, o isolamento político e o desgaste precoce do governo abriram campo para aumentar a influência e as vantagens administrativas com vistas a obter apoio popular na alegação de uma crise institucional em torno do presidencialismo e que procurava antecipar o quadro do plebiscito de 1993.

No campo das juventudes, a inflexão de múltiplos projetos-em-formação no universalismo ambíguo de cidadania (Mische, 1997) serviu para criar pontes entre as redes densas dos militantes e as redes juvenis mais dispersas, contribuindo tanto para a mobilização da ação coletiva, quanto para a refocalização de discursos políticos no sentido mais abrangente de cidadania. A incorporação desse discurso aos estilos emergentes de participação ocorreu especialmente de jovens recebendo suas primeiras experiências formativas na esfera pública. Assim, como em 1984, em contraste com as convicções revolucionárias da juventude de 1968, em 1992 generalizou-se o culto à democracia como uma conquista de validade geral (Rodrigues, 1993) enquanto uma oportunidade discursiva importante para o movimento. Embora a narrativa pública e a memória social sobre o movimento de 1992 tenha privilegiado a imagem dos “caras-pintadas” ligados a entidades estudantis de esquerda, houve também uma presença de setores da direita. Essa presença não se traduziu em protagonismo, mas foi marcada por uma adesão pontual e circunstancial ao processo de impeachment. Os grupos de direita, sobretudo vinculados a organizações de direita do movimento estudantil ou a partidos da base de sustentação do governo, atuaram de maneira ambígua: ora resistindo ao afastamento de Collor, ora tentando disputar o sentido das mobilizações de rua.

Decerto, a presença da direita no Fora Collor se explica como tentativa de não ficar isolada do processo de mudança política. Sua atuação foi sobretudo reativa e estratégica, e não propriamente mobilizadora. Podemos dizer que, apesar de minoritária e sem capacidade de organizar grandes atos, a direita estudantil não se manteve ausente. Ela participou na composição histórica do movimento estudantil a partir das frações de classe e o caráter de transitoriedade de sua ocupação (Lima e Konrad, 2012) que disputavam espaços discursivos e de orientação do movimento no decorrer de sua história (Braghini; Cameski, 2015). Por sua vez, a ação das juventudes de direita no Fora Collor consistiu em relativizar a legitimidade da mobilização liderada pela UNE e em tentar impor uma leitura de que a saída de Collor não representava mudança estrutural alguma. Quando a saída de Collor se tornou inevitável, esses grupos se somaram às manifestações de forma pragmática, sobretudo ao movimento “Caras Pintadas”. Essas respostas distintas ilustram como eventos precipitantes, como uma crise governamental, podem atuar como gatilhos sociocognitivos para diferentes formas de ação coletiva. Enquanto uns procuraram utilizar a mobilização direta e a contestação, outros viram na crise uma oportunidade estratégica para fortalecer sua posição política e influenciar o cenário futuro.

A insatisfação com a política tradicional e o foco em questões de mercado resultaram na ascensão de grupos juvenis com uma orientação antipartidária e profissional, distanciada da esquerda organizada. Esses grupos articulavam entre os estudantes de orientação social-democrata, por meio de grupos estudantis de direita e o movimento estudantil orientado pelo mercado como as Junior Enterprises (Empresas Juniores) e a Federação das Empresas Juniores de São Paulo (FEJESP). Eram associações civis de estudantes focadas em interesses profissionais e empresariais. Embora adotassem uma postura “militantemente não-partidária” e evitassem engajamento ideológico, essas representavam um setor que desafiava a hegemonia política tradicional da esquerda no movimento estudantil, focando em “profissionalismo” e “qualidade” (Mische, 2008, p. 239).

O movimento recebeu ainda o apoio de setores empresariais que estavam frustrados com o governo Collor. O PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) os quais também faziam parte da coalizão do MEP, assim como os partidos de centro-direita, como o PSDB, que desempenhou um papel importante na articulação das frações de classe dentro do movimento. Ativistas ligados ao PSDB atuaram como interlocutores-ponte entre o movimento estudantil mais radicalizado e o fórum cívico mais moderado, como o Movimento Opção pelo Brasil (MOB), empregando suas ligações partidárias de forma estratégica, mas suprimida, para legitimar a participação estudantil no espaço cívico. Esses jovens de direita eram formados principalmente por "ativistas focados", com pouco envolvimento em setores como movimentos populares, sindicatos ou partidos políticos, concentrando sua participação no setor de negócios. Adotavam uma postura militantemente não-partidária, rejeitando ligações com partidos ou disputas eleitorais no movimento estudantil. Evitavam a ideologia política, focando em "profissionalismo," "qualidade" e "eficiência" (Mische, 2008, p. 281).

Desta maneira, podemos observar que temos aqui elementos importantes para poder pensar as oportunidades políticas exploradas pelos atores durante o processo de impeachment de Collor. Sobretudo na construção da estrutura de mobilização em torno do impeachment. Como afirma Sallum Jr (2015, p. 263), o movimento a favor do impeachment não teve raízes nas elites proprietárias e no empresariado, de forma geral. Muito menos na base da pirâmide social. As conexões com as faces político-institucional e societária do movimento foram estabelecidas, de um lado, por lideranças do PT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros partidos de esquerda que tinham relação quase orgânica com boa parte das organizações sindicais, com movimento estudantil e com capacidade de mobilização em massa, além de vínculos com os meios de comunicação. As mobilizações estudantis maciças foram impulsionadas tanto pelos prejuízos causados pela política econômica e social do governo a grande parte da classe média, quanto pelo sentimento difuso de cidadania na sociedade. Esse sentimento gerou enquadramentos importantes em torno de uma *estética da mostrabilidade* (Carvalho, 1993) que também foi explorada pelos meios de comunicação para desenvolver suas ações dentro do plano da construção do imaginário de mobilização pelo impeachment de Collor.

No ciclo de protestos de 1992 a mobilização juvenil de direita não foi capaz de se articular em torno de oportunidades políticas abertas pela crise institucional e pela fragilidade do governo Collor. Embora não se tratasse ainda de uma juventude explicitamente organizada em torno de valores de direita, esse período inaugurou uma permeabilidade discursiva que permitiu que sensibilidades conservadoras circulassem e fossem naturalizadas no espaço público. Discursos anticorrupção e moralizantes ganharam legitimidade como narrativas públicas, criando uma base discursiva que seria retomada em momentos posteriores. O ciclo de 1992 consolidou ainda a presença juvenil nas ruas, bem como estabeleceu um repertório de legitimidade — anticorrupção, moralidade, ordem — que, ao ser reativado em 2013 e radicalizado em 2015–2016 pelas juventudes de direita, possibilitou que elas assumissem como protagonistas. Assim, o ciclo de 1992 deve ser entendido como um ponto de partida

de uma trajetória de continuidade com mudança, em que a recorrência da presença juvenil de direita se combina com a transformação dos sentidos políticos que essa presença assume.

### 3.2 O Ciclo de 2013 e as oportunidades políticas e discursivas no governo Dilma

A governança petista iniciada em 2003 abriria oportunidades para uma relação ambígua e, ao mesmo tempo, inovadora, entre Estado e sociedade. Para Tatagiba et al. (2018, p. 131), o modelo dominante de política de desenvolvimento operou como um obstáculo à implementação dos modelos alternativos, pois o arranjo do Estado-mercado no modelo neodesenvolvimentista manteve os movimentos em posição periférica e reduziu a possibilidade de efetivamente disputar os modelos alternativos de políticas públicas.

O conjunto dessas ações caminhava juntamente com uma retórica administrativa de redução do lugar simbólico do Estado na promoção de políticas públicas e sociais. Uma retórica contraditória na qual, ao mesmo tempo, em que atraía os setores da sociedade civil para o Estado dando a eles espaços para a participação e construção de políticas públicas, se desdobrava a atender as dinâmicas de desenvolvimento (capitaneadas pelo próprio Estado) a fim de responder aos anseios do mercado. Nesta contradição incidia a dificuldade de contornar os diversos problemas advindos de uma prática predatória de crescimento econômico versus políticas públicas, sociais, ambientais, urbanas, etc.

De acordo com Alonso (2023, p. 73–86), no decorrer dos governos petistas emergiram formas de engajamento assentadas na crença na auto-organização e no empoderamento cidadão, difundidas por “redes cívicas” compostas por comunidades morais conectadas por laços de parentesco, amizade, trabalho e vizinhança, nas quais indivíduos de estilos de vida semelhantes partilhavam valores estéticos, emocionais e morais e se engajavam em atividades paraestatais frequentemente definidas como apolíticas ou antipolíticas. Tais redes configuraram modalidades de ação voltadas à resolução direta de problemas coletivos, materializadas em cooperativas, coletivos e empreendimentos que combinavam práticas solidárias, autoconstrução comunitária e repertórios híbridos de mobilização — de marchas a atividades culturais —, ao mesmo tempo em que abrigavam coletivos autonomistas de organização horizontal, autogestionada e anti-hierárquica, distanciados tanto de partidos quanto do centralismo dos movimentos socialistas. Paralelamente, constituíram-se uma ética do empreendedorismo que traduziu a auto-organização social em uma perspectiva individualista, ancoradas em narrativas de autoajuda e negócios que difundiam valores como protagonismo, inovação e autorrealização e que, embora inicialmente voltadas a fins econômicos, converteram-se em arenas políticas nas quais prosperaram críticas à ineficiência e à corrupção atribuídas ao “Estado mastodôntico” de esquerda. Em sua dimensão social, essas redes produziram uma forma de civismo alinhada à racionalidade neoliberal contemporânea — entendida como um conjunto de práticas e discursos que reorganizam o governo dos indivíduos segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17) —, articulando moralidades compartilhadas que ampliaram a centralidade da anticorrupção e da autorrealização individual no debate público e assumindo variantes que conciliavam

empreendedorismo com valores religiosos, familiares ou agrários, sempre orientadas por um ethos de mercado e por estilos de vida urbanos e tecnologicamente mediados (Alonso, 2023, p. 83–86).

Nesse contexto formam-se duas estruturas de oportunidades políticas. A primeira em torno do ativismo de grupos progressistas que transbordava os limites da política institucional reivindicando maiores atenções do Estado. Há uma reconfiguração do associativismo civil, com a alteração das formas de organização, que passaram a ser menos de militância focada em um determinado grupo para uma pluralidade de atuação em ativismos, que muitas vezes não querem ser confundidos com militantes, partidos ou mesmo movimentos sociais, com o movimento assumindo outras formas, como coletivos, ou organizações civis com uma pluralidade de tendências político-ideológicas (Gohn, 2022, p. 252).

A outra estrutura de oportunidade política foi em torno da participação social da direita que (re)emerge a partir de junho de 2013, onde o evento passa a ser interpretado enquanto uma janela de oportunidades políticas para as juventudes de direita. O elemento primordial para compreender essa mudança foi que todo esse contexto promoveu a criação de agendas transversais com certa alteração da dinâmica das forças políticas. Formas tradicionais de conservadorismos que sempre estiveram presentes no imaginário social foram reativadas em um contexto no qual a aproximação das pessoas comuns com a política foi acompanhada pelo rechaço público da relação entre partidos políticos, o Estado e o poder econômico (Vianna, 2013).

Ao mesmo tempo, a mediatização de crises políticas operou como um processo poderoso ao configurar uma narrativa pública e institucional capaz de desenvolver oportunidades discursivas exploradas por diversos atores sociais e políticos. Em 2005, com o escândalo político do Mensalão, e em 2014 a imagem dos governos petistas sofreria um desgaste significativo na mídia com cobertura tão intensa quanto a do caso Collor. Esse foi um terreno fértil para que o reaparecimento de grupos ligados à direita pudesse fazer ecoar suas concepções sobre eficiência do Estado e a necessidade de moralizar a política, capitaneando, sobremaneira, o discurso de 1992.

Neste sentido, junho de 2013 é um ciclo no qual a explosão das ruas se constrói a partir de práticas do campo autonomista e da esquerda socialista (Alonso, 2017, 2023). Mas, no final de junho de 2013 as bandeiras começam a se misturar e a narrativa da corrupção começa a ganhar outras orientações. Como aponta Singer (2013, p. 40), no auge das manifestações de junho de 2013, as variadas correntes ideológicas se encontravam unidas nas ruas. Apesar da exclusão simbólica dos partidos de esquerda da Avenida Paulista, na noite de quinta-feira (20 de junho) estavam presentes manifestantes que, em sua maioria, se localizavam ideologicamente na esquerda (22%) e centro-esquerda (14%). Uma parte significativa, embora não majoritária do protesto. De forma similar, havia a presença da direita (10%) e centro-direita (11%). O centro (31%). Por outro lado, os discursos de direita dominavam tanto em número quanto culturalmente, sobretudo fazendo referência especificamente à mudança no ambiente político (65%) e à corrupção (50%). Portanto, o descontentamento com diversos aspectos da política governamental, tanto por setores populares, quanto por setores da burguesia e das classes médias, que passaram a expressar a sua insatisfação diante

das políticas sociais e da intervenção do Estado na economia, somou-se a um antipartidarismo reativo (Telles, 2016, p. 115).

Esses elementos nos trazem bons indícios de que não foi junho de 2013 que levou às manifestações pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff. Antes, o ciclo de 2013 está inserido em um processo de formação de conjunturas fluidas, na qual se abriram oportunidades políticas e lógicas de situação que passaram a ser exploradas, sobretudo, nas eleições de 2014. Dessa forma, os protestos de 2013 apresentaram a emergência dessas contradições como uma estrutura de oportunidade política, contribuindo para produzir e aprofundar a crise do governo Dilma Rousseff. Essa crise potencializou os descontentamentos com o governo fomentando novos protestos à direita a partir de um contexto particular de associação entre antipetismo e luta contra a corrupção (Tatagiba *et al.*, 2015).

### 3.3 Oportunidades políticas e discursivas nos Ciclos de 2015-2016 no governo Dilma

Pode-se dizer que existiu uma influência significativa das eleições de 2014 no ciclo “patriota” aberto em 2015 enquanto um *confronto eleitoral*. Isto é, o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições (McAdam e Tarrow, 2011, p. 24). Como efeito, na campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, construída em diversas arenas, a rua passou a ser uma delas e emprestou legitimidade aos atores e juventudes de direita que buscavam contestar o resultado das urnas (Tatagiba, 2018). Além disso, as arenas em disputa no final do ciclo de 2013 já apontavam para essas relações que desembocaram durante o processo de *impeachment* entre os setores que defendiam a permanência de Dilma e os que defendiam sua destituição. Estes últimos acabariam alçando o poder, e uma parte das lideranças que se organizaram em torno das estruturas de mobilização *pró-impeachment* foram eleitas, como as lideranças jovens Kim Kataguirí, eleito em 2018 pelo Democratas (DEM) e o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday eleito em 2016, também pelo DEM.

A mobilização eleitoral durante a campanha em 2014 trouxe elementos importantes para pensarmos em como a atividade de grupos de direita passou a mobilizar a arena contenciosa a partir das redes sociais que ganha as ruas – em uma mobilização eleitoral proativa em torno da campanha de Aécio Neves –, assim como reativa, quando ocorre uma escalada do protesto na contestação das eleições (Tatagiba, 2018, p. 8). Cabe notar que essas dinâmicas ocorreram em ecossistemas digitais marcados pela lógica do capitalismo de plataformas, cuja concentração algorítmica da visibilidade e extração de dados potencializou tanto a difusão dos enquadramentos moralizantes quanto a centralização de influenciadores juvenis de direita (Zuboff, 2019).

De certa forma, ao se mobilizarem, as juventudes de direita não ocasionaram uma influência capaz de modificar o caráter ideológico e a unidade dos partidos, mas atuaram oportunizando possibilidades do sistema político se mover em torno de divisões internas relacionadas às coalizões para a construção do *impeachment*. Um dos efeitos que as eleições de 2014 levantaram foram os indícios de

que a polarização ideológica na esfera pública, com a presença forte de jovens de direita no cenário político brasileiro, passou a ser um dado importante na disputa eleitoral e na composição congressual (Klüppel *et al*, 2021; Castro, 2024; Araújo e Perez, 2025). Isso levando em consideração o impacto de médio e longo prazo nas tendências eleitorais influenciando padrões de mobilização e desmobilização de movimentos sociais que estão afetando a dinâmica política ao longo dos últimos anos, proporcionando o fim da chamada “direita envergonhada” (Quadros; Madeira, 2018).

O novo governo de Dilma Rousseff foi marcado pelo isolamento da presidente no Congresso, somado à crise econômica e à perda de legitimidade de sua base governista, o que reduziu os custos de contestação e ampliou os incentivos à mobilização oposicionista. Paralelamente, a Operação Lava Jato e o mensalão, os quais permaneceram no imaginário social durante anos, forneceram não apenas um enquadramento jurídico, mas também um poderoso recurso moral que ancorou a legitimidade dos protestos em torno do combate à corrupção.

Ao mesmo tempo, os *frames* de corrupção sistêmica, patriotismo e antipetismo se apresentaram como recursos discursivos centrais, convertendo símbolos nacionais em identidade política coletiva dos grupos juvenis de direita. Neste contexto, quando *frames* alcançam legitimidade social ampla, tornam-se gramáticas de mobilização capazes de sustentar ativismos organizados. Foi nesse ambiente que movimentos como MBL e Vem Pra Rua exploraram sistematicamente redes digitais e apoio empresarial, transformando a direita de coadjuvante em um ator político central. Por fim, a emergência de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua consolidou uma nova infraestrutura de ativismo conservador, baseada em redes digitais e estratégias de comunicação política que permitiram transformar descontentamentos difusos em uma agenda unificada em prol do *impeachment*. Estariam colocadas as circunstâncias contextuais pelas quais as oportunidades políticas e discursivas possibilitaram o reaparecimento das juventudes do campo da direita e o seu papel na esfera pública dos anos subsequentes.

#### 4 Conclusão

A partir dos elementos analisados nos três ciclos, é possível sintetizar como as oportunidades políticas e discursivas moldaram as mobilizações estudadas, com especial atenção ao papel desempenhado pelas juventudes e à presença de atores alinhados às direitas. A articulação entre trajetórias históricas, disputas simbólicas e transformações organizacionais observadas ao longo dos ciclos oferece um panorama para compreender não apenas suas especificidades, mas também os pontos de convergência que ajudam a explicar a reconfiguração do ativismo juvenil no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, retomamos o argumento central do artigo e sistematizamos, por meio do quadro analítico (Quadro 1) e das interpretações subsequentes, as características que marcaram as oportunidades políticas e discursivas nesses ciclos e como foi a atuação das juventudes de direita no processo.

**Quadro 1 – Oportunidades Políticas e Discursivas em três ciclos de protesto e sua exploração pelas juventudes de direita**

Ciclo	Oportunidades Políticas	Oportunidades Discursivas	Exploração pela Direita
1992 Fora Collor	Abertura das franquias democráticas e dos elementos participativos contidos na Constituição de 1988 Crise institucional do governo Collor e abertura do processo de impeachment/ Alinhamento entre Congresso e Judiciário pela saída do presidente Apoio da grande imprensa à queda de Collor Atuação forte de UNE e UBES, já enraizadas no campo da participação.	Centralidade do frame “ética na política” e “defesa da democracia” Forte legitimação pública de valores universalistas, pouco abertos a enquadramentos excludentes Símbolo dos <i>caras-pintadas</i> como ícone juvenil Enquadramento moralizante com centralidade do tema da corrupção com forte mediação da mídia tradicional	Atuação marginal e difusa, sem organização estudantil robusta. Exploração limitada do discurso anticorrupção, mas sem transformar em capacidade de mobilização de massas. Adesão pragmática, coadjuvante no processo. Baixa capacidade de mobilização própria/papel de mediação ligando o movimento estudantil radical aos setores da oposição cívica e das elites mais moderadas
2013 30 Jornadas de Junho	Governo Dilma tensionado por insatisfação difusa, mas sem crise de governabilidade imediata Ausência de lideranças institucionais únicas na mobilização Crise de representação política: partidos e instituições fragilizados como mediadores.	Frames iniciais ligados a transporte e serviços públicos; deslocamento para “corrupção”, “antipartidarismo” e “apartidarismo”. Tema da corrupção forte e relacionado ao atributo moral dos políticos, em especial os do PT. Esfera pública aberta a múltiplas interpretações e disputas narrativas com centralidade da crítica à corrupção. Emergência de redes digitais como novo espaço de visibilidade, circulação e emergência de valores e discursos conservadores.	Inserção inicial periférica, mas aproveitamento crescente da pauta “anticorrupção/anti-PT”. Uso das redes sociais para ganhar ressonância, mesmo sem estruturas nacionais consolidadas. Deslocamento dos grupos antipetistas com consequente fortalecimento dos setores oposicionistas à direita e o estímulo à participação de indivíduos não organizados
2015–2016 Impeachment Dilma	Crise econômica, queda de popularidade e isolamento do governo no Congresso. Avanço da Operação Lava Jato e desgaste da coalizão presidencial. Apoio explícito da oposição, setores empresariais e grandes veículos de mídia as mobilizações	Frames dominantes: “corrupção sistêmica” (Lava Jato), “patriotismo”, “defesa da família” e “antipetismo”. Símbolos nacionais (verde-amarelo) positivados como identidade de rua. Gramática moral excludente ganhou legitimidade e durabilidade.	Protagonismo inédito: MBL, Vem Pra Rua e aliados estruturam logística nacional. Forte exploração de redes digitais, marketing político e apoio empresarial. Tornam-se atores centrais da narrativa pública, hegemonizando a gramática do ciclo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

31 A comparação entre os três ciclos de protesto demonstra como as oportunidades políticas e discursivas oportunizaram a atuação das juventudes de direita nas ruas. Em 1992, a abertura institucional provocada pela crise do governo Collor foi decisiva para o êxito do impeachment, mas a gramática pública dominante, centrada na ética e na defesa da democracia, restringiu a inserção das juventudes de direita como ator coletivo central. Neste sentido, esse ponto confirma a ideia de que as oportunidades políticas, por si só, não são suficientes para gerar mobilizações amplas: é necessário estarem acompanhadas de uma configuração discursiva capaz de oferecer legitimidade e ressonância pública (Benford; Snow, 2000). Em 2013, as Jornadas de Junho abriram uma arena de contestação fragmentada, marcada por crise de representação e ausência de lideranças institucionais que absorvessem o discurso das ruas, o que corresponde ao que Ann Mische (2008) define como momentos de “abertura comunicativa”, nos quais múltiplos enquadramentos disputam espaço. Embora o campo da direita não tenha se colocado imediatamente como protagonista, aproveitou a oportunidade discursiva da crítica à corrupção e ao sistema político para reposicionar suas agendas a partir das lideranças e juventudes de direita que passavam a emergir a partir do *frame* da corrupção. Em 2015-2016 a ascensão de setores conservadores no ativismo, impulsionada pela reorganização dos grupos antipetistas e pelo engajamento crescente de indivíduos não organizados, bem como o ressurgimento vigoroso do neoliberalismo, associado à revalorização do mercado e à pressão empresarial por redução de custos, acompanhado da difusão de doutrinas neopentecostais que reforçaram pautas conservadoras no campo moral e sociopolítico. Em conjunto, esses elementos possibilitaram que setores das direitas e frações das classes médias canalizassem insatisfações heterogêneas em torno do eixo polarizador PT *versus* anti-PT, consolidando um campo conservador capaz de explorar as oportunidades políticas e discursivas abertas no período (Tatagiba; Galvão, 2019; Kunrath, 2018).

Em perspectiva, os ciclos de 1992, 2013 e 2015–2016 permitem visualizar como a interação entre oportunidades políticas e oportunidades discursivas configurou diferentes graus de participação da juventude de direita nesses processos. Se, no Fora Collor, a disputa política, juntamente com a abertura das franquias democráticas, foi um ponto determinante para o impeachment, a gramática pública centrada em valores universalistas e na ética democrática, ainda que nuançada com elementos de patriotismo, manteve os jovens de direita em posição mais ou menos marginal. Em 2013, a crise de representação criou um vácuo interpretativo que possibilitou a esses grupos disputar os significados das manifestações a partir de enquadramentos anticorrupção e antipartidários. Em 2015–2016, a convergência entre crise de governabilidade e a legitimidade discursiva do patriotismo atrelada ao antipetismo, produziu as condições para a consolidação de um ativismo juvenil de direita que passou a ressoar na esfera pública.

É possível dizer que no decorrer de todo esse processo político observamos a passagem de um ativismo inibido e residual das juventudes de direita em 1992, para uma participação cada vez mais disputada em 2013, culminando em um protagonismo articulado em 2015-2016. Em 1992 a moralização da política, a centralidade institucional e a presença da mobilização estudantil fez com que

a gramática pública dominante se organizasse em torno da ética na política e da afirmação da democracia como um valor universal (Coutinho, 1979). A centralidade das instituições ancorou legitimidade ao ciclo e favoreceu os atores das juventudes de esquerda com capilaridade no movimento estudantil, ao passo que os setores de jovens de direita participaram de modo indireto, cooperando com a pressão institucional e cooptando a moralidade pública como princípio retórico, sem transformar isso em capacidade de se mobilizar nas ruas. Já, em 2013 o cenário de crise institucional e os múltiplos repertórios, produziu oportunidades políticas e discursivas aproveitadas pelos jovens de direita, que passaram a ator disputante emergente. Este contexto permitiu, ao mesmo tempo, que essa própria direita, que vinha sendo gestada ao longo dos anos, a partir de redes juvenis com densidade comunicativa para sustentar uma liderança pública, passasse de uma condição de coadjuvante à protagonista com estruturas de mobilização e recursos organizacionais cada vez mais aprimorados. O resultado foi uma hegemonia narrativa da direita nos ciclos de protestos de 2015-2016, baseado no protagonismo das juventudes de direita e na retomada de repertórios simbólicos (verde-amarelo, família, mérito, “eficiência”) os quais edificaram pontes geracionais que positivaram identidades de direita e/ou conservadoras entre parcelas da juventude brasileira.

Portanto, a ascensão do ativismo jovem de direita nas ruas brasileiras não é um dado exógeno, nem um efeito espontâneo de preferências ideológicas latentes. Trata-se, antes, de um processo historicamente situado de aprendizado organizativo e disputa comunicativa no interior de *ciclos de protesto*, acionado por estruturas de oportunidades políticas e discursivas, cuja configuração variou entre 1992 e 2016. Foi possível perceber, que além das questões institucionais de modernização da estrutura democrática brasileira, que pudessem conferir certa estabilidade no sistema político e na esfera pública, a dinâmica político-social também foi espaços de disputa durante esses ciclos. Em cada um deles, as alianças ganharam contornos variados, a gramática moral que confere legitimidade pública e os dispositivos de mobilização foram capazes de converter descontentamento difuso em ação coletiva.

32

## 7 Referências

ALONSO, A. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer.** Novos estudos. CEBRAP. São Paulo. Especial. 49-58. JUNHO, 2017.

ALONSO, A. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALVES, M. T. G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. **Opinião Pública**, v. 6, n. 2, p. 187-225, out. 2000.

ARAÚJO, R. de O.; PEREZ, O. C. **Juventudes e Cultura Política: ideologia como marcador social de diferença entre os jovens.** Cronia, v. 19, p. 79-87, 2023.

BENFORD, R.D.; SNOW, D.A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual Review of Sociology** 26, 611–639. 2000.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política**. Unesp, 2015.

BRAGA, Í. F. N. A. **Cibercultura e juventude: a extrema-direita nas redes**. 2023. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

BRAGHINI, K. Z; CAMESKI, A. S. "Estudantes democráticos": a atuação do movimento estudantil de "direita" nos anos 1960. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 945-962, 2015.

CARVALHO, R. V. A. **A RECENTE ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA BRASILEIRA – O VOTO COMO EQUIVALENTE GERAL NO CONSUMO DE IMAGENS**. XVII Encontro Anual da Anpocs. Seminário Estética e Política da Representação. Caxambu, 22/25 de outubro de 1993.

CASTRO, E. G. de. Representação política das juventudes no Brasil: jovens candidatos/as e eleitos/as para a câmara dos deputados 2014 – 2022. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 29, n. esp1, 2024.

CHALOUB, J; PERLATTO, F; LIMA, P. L. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, p. 9-22, 2018.

COELHO, L. M. **“Caras Pintadas”**: a juventude estudantil em 1992 e suas imagens em movimento. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2021.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. V. 9, 1979.

CREMONESE, D. A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. **Campos Neutrais** - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 1, n. 3, p. 70–87, 2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40–52, set. 2003.

DELLA PORTA, D. Political opportunity/political opportunity structure. In: SNOW, D. A.; DELLA PORTA, D; KLANDERMANS, B; McADAM, D. (Ed.). **The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. v. 1, p. 960-964.

FERNANDES, A. M; SCHMIDT, B. V; MACIEL, M. L. Educação, ciência e tecnologia: da Constituinte ao Plano Collor. **Sociedade e estado**, v. 5, n. 1, p. 5-23, 1990.

FIRMINO, G C. **A divisão das classes médias na crise do impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016)**. 2023. 1 recurso online (238 p.). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2023.

GAMSON, W. A.; Meyer, D. S. Framing political opportunity. In: MCADAM, D; MCCARTHY, J. D; ZALD, M. N. (Eds.), **Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. Cambridge University Press, New York, 1996. pp. 275–290.

34

GIUGNI, M. Political opportunity: still a useful concept? In: HANAGAN, M. TILLY, C. (eds.) **Contention and Trust in Cities and States**. Springer Science Business Media B.V. 2011.

GOHN, M da G. Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. e46254, 2025.

GOHN, M. Da G. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales-Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 6, n. 1, p. 93-119, 2019.

GOHN, M. G. **Ativismos No Brasil: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis: como impactam e por que importam?** Petrópolis: Ed. Vozes, 2022.

GONÇALVES, L. P; CALDEIRA NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2020.

GOODWIN, J., JASPER, J.J. (eds), **Rethinking Social Movements**. Structure, Meaning and Emotions. Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 2004.

KLANDERMANS, B; MAYER, N. **Extreme Right Activists in Europe**: Through the magnifying glass (1st ed.). Routledge. 2005.

KLÜPPEL, G. de S; CRUZ, M. M; CERRI, L. F. Jovens, uma nova “nova direita” e suas esquerdas: um estudo sobre a posição política de jovens brasileiros. **Revista de História da UEG (REHIST)**, [S. l.], v. 10, n. 02, p. e022108, 2021.

KOOPMANS, R; STATHAN, P. **Political Claims Analysis**: Integrating protest event and political discourse approaches. *Mobilization. International Journal of Research and Theory about Social Movements, Protest and Collective Behavior*, 4(2), 203 - 221. 1999.

LIMA, M. da F. C; KONRAD, D. A. Estudantes, trabalho e classes sociais. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 525-535, 2012.

MARTUSCELLI, D. E. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. **Crítica e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 4–35, 2016.

MARTUSCELLI, D. E. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 316 p. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MARTUSCELLI, D. E. Movimento Fora Collor: processo político e classes sociais. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 52, n. 1, 2015.

MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 542–568, nov. 2010.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020.

MCADAM, D. Culture and social movements. In: LARANA, E; JOHNSTON, H; GUSFIELD, J.R. (eds). **New Social Movements: From Ideology to Identity**. Temple University Press, Philadelphia, 1994, p. 36–57.

MCADAM, D; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação, **Sociologias** 13 (28), p. 18-51. 2011.

MESQUITA, M. R.; BONFIM, J.; PADILHA, E.; SILVA, A. C. JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO: COMPREENSÃO DE POLÍTICA, VALORES E PRÁTICAS SOCIAIS. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 288–297, maio 2016.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista brasileira de Educação**, n. 05-06, p. 134-150, 1997.

MISCHE, A. **Partisan publics**: communication and contention across brazilian youth activist networks. Princeton University Press. New Jersey, 2008.

MUDDE, C. **A extrema direita hoje**. tradução Thiago Dias da Silva - 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ: Contracorrente, 2022.

PACCELLI, G. **Estruturas de mobilização e Oportunidades Políticas**: Análise dos Ciclos de Protestos no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2024.

PAULA, C. J. de. **O bom combate**. Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953-1976). Rio de Janeiro: FGV editora, 2015.

PEREIRA, L.C. B. O governo Collor e a modernidade em tempos incertos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 3, 1991.

PIERUCCI, A. F.; LIMA, M. **A direita que flutua**. *Novos Estudos Cebrap*, v. 29, p. 10-27, 1991.

POLLETTA, F. **Culture is not just in your head**. In: Goodwin, J; Jasper, J.J. (eds), **Rethinking Social Movements**. Structure, Meaning and Emotions. Rowman & Littlefield, Lanham, MD, 2004. pp. 97–110.

QUADROS, M. P. DOS R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486–522, set. 2018.

QUEIROZ, F. A burguesia brasileira na crise política do impeachment de Dilma Rousseff: um balanço da literatura. In: SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco (org.). **As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano** 4. 2019.

QUINTÃO, T. T. Os media e a construção dos caras-pintadas. **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. Ano 3 - Edição 4 – Junho-Agosto de 2010.

REGUILO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio, breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, mai./ago. 2003.

RODRIGUES, A. T. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 33–43, nov. 2001.

RODRIGUES, A. T. Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 138-144, jan.-mar. 1993.

RODRIGUES, A. T. **O Brasil de Fernando a Fernando**: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí (RS): Unijuí, 2000.

SALLUM JR., B. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SCHWERTNER, S. F.; FISCHER, R. M. B. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 395–420, mar. 2012.

SEVERO, R. G.; WELLER, W.; ARAUJO, G. C. Jovens de direita e extrema-direita: posicionamentos políticos no ensino médio. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 27, p. e36319, 2021.

SILVA, M. K. **A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013**: rumo aos protestos anti-Dilma?. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 88-111, 2018.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**: CEBRAP. 97, novembro 2013. pp. 23-40.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SNOW, D. Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; DELLA PORTA, D; KLANDERMANS, B; McADAM, D. (Ed.). **The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. v. 1, p. 960-964.

SPOSITO, M. P. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, jan. 1993.

SPOSITO, M. P.; ALMEIDA, E. DE.; CORROCHANO, M. C. JOVENS EM MOVIMENTO: MAPAS PLURAIS, CONEXÕES E TENDÊNCIAS NA CONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e228732, 2020.

STANLEY, J. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. Random House Trade. 2020.

STEINBERG, M.W. **The talk and back talk of collective action: A dialogic analysis of repertoires of discourse among nineteenth-century English cotton-spinners**. American Journal of Sociology 105, 736-780, 1999.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

38

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan. 2019.

TELLES, H. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2016.

TERÄVÄINEN, T. Political opportunities and storylines in Finnish climate policy negotiations. **Environmental Politics**, 19(2), 196-216. 2010.

TILLY, C. **BIG STRUCTURES, LARGE PROCESSES, HUGE COMPARISONS**. Russell Sage Foundation. New York, 1984.

TRAVERSO, E. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Belo Horizonte, 2019.

VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A. CODAS, G. (orgs). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANNA, L. W. **O Estado novo do PT.** In: BRINGEL, Breno. *et al.* (Coord.) **Conjuntura Política Brasileira:** do país do futuro ao futuro do país. NETSAL-IESP/UERJ. Dossiê Temático n.2. Jun/2013.

WAHLSTRÖM, M; TÖRNBERG, A. Social media mechanisms for right-wing political violence in the 21st century: discursive opportunities, group dynamics, and co-ordination. **Terrorism and Political Violence**, 33(4), 2019. p. 766-787.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism:** the fight for a human future at the new frontier of power. New York, Public affairs. 2019.

## ***The Right Rediscovered the Streets: Political and Discursive: opportunities in Protest Cycles in Contemporary Brazil***

**ABSTRACT:** This article examines the role of political and discursive opportunities in the mobilizations that shaped the main protest cycles in contemporary Brazil. Drawing on the Political Process Theory, we investigate the factors that enabled the reemergence and consolidation of protests aligned with right-wing agendas in the cycles of 1992, 2013, and 2015–2016. We argue that the novelty does not lie in the emergence of a new form of activism, but rather in the reconfiguration of these youth groups' capacity to identify, occupy, and exploit opportunity structures, articulating organizational, communicational, and symbolic elements that have increased their public visibility and mobilizing capacity in recent years. By analyzing the three cycles, we highlight the transformation of the public role of right-wing youth and their increasingly active insertion into Brazilian political dynamics.

**KEYWORDS:** Youth; Right-wing activism; Political opportunity structures; Discursive opportunity structures.

40

## ***Las derechas redescubren las calles: oportunidades políticas y discursivas: en los ciclos de protesta en el Brasil contemporáneo***

**RESUMEN:** Este trabajo analiza el papel de las oportunidades políticas y discursivas en las movilizaciones que marcaron los principales ciclos de protesta en el Brasil contemporáneo. A partir de la Teoría del Proceso Político, investigamos los factores que posibilitaron la reaparición y la consolidación de protestas alineadas con agendas de las derechas en los ciclos de 1992, 2013 y 2015–2016. Sostenemos que la novedad no reside en la emergencia de un activismo inédito, sino en la reconfiguración de la capacidad de estos grupos juveniles para identificar, ocupar y explotar estructuras de oportunidad, articulando elementos organizativos, comunicacionales y simbólicos que les otorgan mayor visibilidad pública y capacidad de movilización en el período reciente. Al analizar los tres ciclos, evidenciamos la transformación del papel público de las juventudes de derecha y su inserción cada vez más activa en la dinámica política brasileña.

**PALABRAS CLAVE:** Juventudes; Activismo de derecha; Estructuras de oportunidades políticas; Estructuras de oportunidades discursivas.